**O impacto da instalação/construção de unidades prisionais sobre indicadores econômicos e sociais dos municípios**

Guilherme Irffi (DEA/CAEN-UFC)

# Introdução

Segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), em junho de 2016, o Brasil possuía mais de 700 mil pessoas privadas de liberdade. Esse contingente de detentos representa a terceira maior população prisional do mundo, ficando atrás dos Estados Unidos e China, de acordo com o *International Centre for Prison Studies* (ICPS). No entanto, esses dois países vêm apresentando uma redução do tamanho do número de presos, caindo 7% e 5% entre 2008 e 2015, respectivamente, enquanto a população prisional brasileira manteve a sua tendência de crescimento, expandindo mais de 30% no mesmo período. Todavia, a capacidade do sistema prisional é inferior a 400 mil vagas.

Todas as Unidades da Federação (UF) apresentam uma taxa de ocupação superior a 100%, sendo esse índice mais elevado em Amazonas (483,9%), Ceará (309,2%) e Pernambuco (300,6%), de acordo com o Infopen, de junho de 2016. Considerando as unidades prisionais, 302 (21%) destas não possuem déficit de vagas. Entretanto, 523 estabelecimentos penais (36%), que comportam 52% da população prisional, atuam com uma taxa de ocupação superior a 200%, ou seja, há mais de dois detentos para cada vaga nessas unidades.

Uma das razões para a superlotação dos estabelecimentos prisionais é o elevado número de presos provisórios no país. Ainda existem mais de 290 mil pessoas detidas sem condenação definitiva no Brasil. Também, vale ressaltar que a ONG *Human Rights Watch* apontou a Lei de Drogas (Lei Nº 11.343, de 23 de agosto de 2006) como um “fator chave” para o aumento da população carcerária brasileira, devido à falta de clareza na diferenciação entre usuário e traficante. Além da realização de mutirões judiciais nos presídios para julgar os detentos em regime provisório, como feita pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), pelo projeto Mutirão Carcerário, uma medida adotada pelos governantes para reduzir o déficit de vagas é a construção de novos estabelecimentos penitenciários.

Existem pelo menos 1.426 unidades prisionais no país, dentre essas, quatro são federais e as demais estaduais. 49% dessas unidades foram concebidas para o recolhimento de presos provisórios, isso inclui cadeias públicas, Centros de Detenção Provisória e Unidades de Recolhimento Provisório; 24% foram originalmente construídas para serem penitenciárias, ou seja, destinadas ao cumprimento de pena em regime fechado, enquanto o restante (27%) se destina a outros regimes ou não informaram sua destinação originária ao Infopen, de junho de 2016.

Em 2017, o Governo Federal lançou uma proposta do Plano Nacional de Segurança Pública[[1]](#footnote-1), onde foi anunciada a construção de cinco presídios federais e a destinação de R$800 milhões aos Estados para construção de novas penitenciárias. Porém, a localização de unidades prisionais é um tema controverso, dado que existem argumentos e evidencias contra e favor da instalação desses estabelecimentos.

Os defensores argumentam que a construção de uma prisão cria demanda de bens e serviços locais, pelos seguintes motivos: traz novos residentes a comunidade, traz serviços auxiliares à comunidade de acolhimento que atendem às necessidades das prisões, melhora serviços de apoio à prisão; pode atrair fundos governamentais externos que melhoram as estradas e serviços locais; e pode levar a um aumento da base populacional municipal através da contagem de prisioneiros em censos municipais e estaduais, ajudando assim certas comunidades para se qualificarem para fundos adicionais federais e estaduais de desenvolvimento e infraestrutura.

Enquanto os críticos argumentam que as prisões aumentam a criminalidade nas comunidades que os atraem; atraem membros da família que diferem dos cidadãos locais na comunidade de acolhimento; reduzem os valores dos imóveis locais[[2]](#footnote-2); trazem apenas empregos de baixa qualificação para as comunidades de acolhimento; pressionam a demanda em serviços sociais, de saúde e públicos locais; podem trazer custos para comunidade na construção de infraestrutura em apoio à prisão. (ver Doyle 2002)

Adicionar parágrafo sobre a polêmica em Bayeux (PB) ou sobre a lei que proibiu a construção de unidades prisionais em Parnamirim (RN)

Diante disso, este estudo se propõe a investigar os efeitos sobre indicadores econômicos e sociais dos municípios que tiveram a construção e instalação de unidades prisionais ao longo das décadas de 1990 e 2000 no Brasil. Partindo da hipótese de que essas novas unidades possuem efeitos sobre indicadores como renda *per capita*, pessoal ocupado, PIB *per capita*, desigualdade de renda e pobreza. Espera-se que esses resultados possam auxiliar os gestores municipais, estaduais e até o Governo Federal na decisão de onde construir/instalar (ou não) uma nova unidade prisional.

Em outros termos, objetivo consiste em avaliar o impacto da instalação de uma unidade prisional em uma cidade, avaliar se é benéfico ou não, comparando com a situação de que não tivesse sido instalada, por meio de um grupo de controle. Ou seja, busca-se saber se a construção desses equipamentos pode ser um utilizado como indutor para crescimento econômico municipal. Além disso, pretende-se estimar o impacto das unidades federais e estaduais, além de testar se existem efeitos em cidades com predominância de população rural.

Para isto utilizam as informações do InfoPen, de junho de 2014, para identificar as unidades prisionais instaladas nas décadas de 1990 e 2000 por município, além de considerar as unidades já estabelecidas. Em relação aos indicadores municipais consideram as informações disponíveis no Atlas do Desenvolvimento Humano elaborado pela Fundação João Pinheiro com base nos Censos Demográficos do IBGE de 1991, 2000 e 2010.

Em termos de estratégia empírica, considera-se o modelo de diferenças em diferenças com e sem pareamento pelo escore de propensão. Haja vista que se dispõe de informações antes (1991) e depois (2000 e 2010) das instalações ocorridas nas décadas de 1990 e 2000. Além de dois grupos de municípios, os que possuem unidades prisionais (tratados) e os que não possuem (controle).

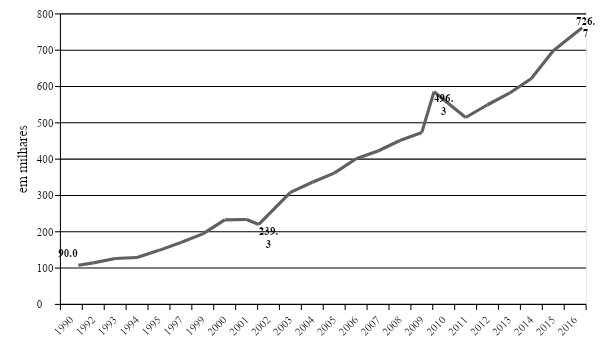
Para alcançar os objetivos propostos, optou-se por dividir o artigo em cinco seções, incluindo esta introdução. A próxima contempla uma descrição de literatura que analisa os efeitos econômicos e sociais da instalação de unidades prisionais. Em seguida, são apresentadas estatísticas sobre o sistema prisional brasileiro. A quarta seção discorre sobre a estratégia de identificação dos (possíveis) efeitos da instalação de unidades prisionais. Os resultados são apresentados e discutidos na quinta seção. E, por fim, são tecidas as considerações finais.

# A situação carcerária no Brasil

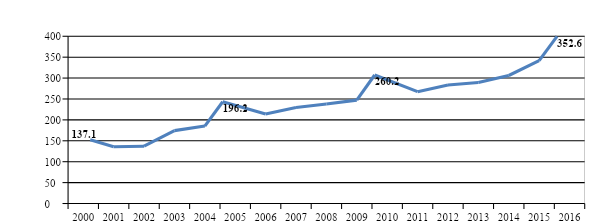
De acordo com o Infopen, em junho de 2016, a população prisional brasileira é de 726.712 pessoas, o que representa um aumento da ordem de 707% em relação ao total registrado no início da década de 90. O Gráfico I mostra a evolução do número de pessoas privadas de liberdade no país entre 1990 e 2016. Na verdade, esse número é ainda maior se for considerado o número de pessoas em prisão domiciliar, que segundo o CNJ, em 2014, era de 147.937 pessoas. De acordo com os dados do ICPS, o Brasil possui a terceira maior população carcerária do planeta, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da China, que possuem 2.145.100 e 1.649.804[[3]](#footnote-3) detentos, respectivamente.

Além de crescer em números absolutos, o Brasil também apresenta uma expansão da taxa de aprisionamento. Em junho de 2016, eram 352,6 pessoas presas para cada 100 mil habitantes aumentou, um crescimento de 157%, em relação a taxa registrada em 2000, que foi de 137 pessoas presas para cada grupo de 100 mil habitantes. Mantido esse ritmo de encarceramento[[4]](#footnote-4), a população prisional do Brasil deve ultrapassar a marca de um milhão de indivíduos em 2022. E em 2075, o país apresentaria uma taxa de aprisionamento igual a 1.000 pessoas, ou seja, uma em cada dez pessoas estará em situação de privação de liberdade para cada 100.000 habitantes. O Gráfico II mostra o crescimento da evolução da taxa de aprisionamento do país ao longo dos anos.

Gráfico 1: Evolução da População Carcerária no Brasil (1990-2016).



Fonte: Infopen, junho de 2016. Elaborado pelos autores

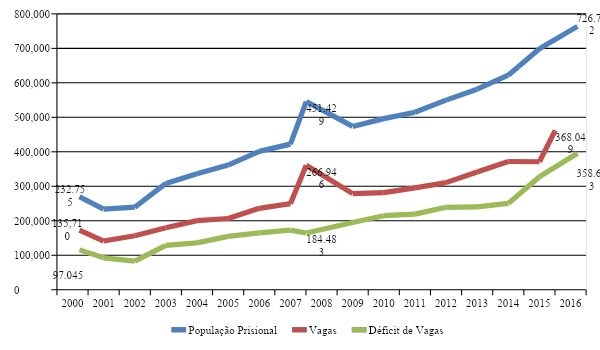
Gráfico 2: Evolução da Taxa de Aprisionamento do Brasil (2000-2016).

Fonte: Infopen, junho de 2016. Elaborado pelos autores

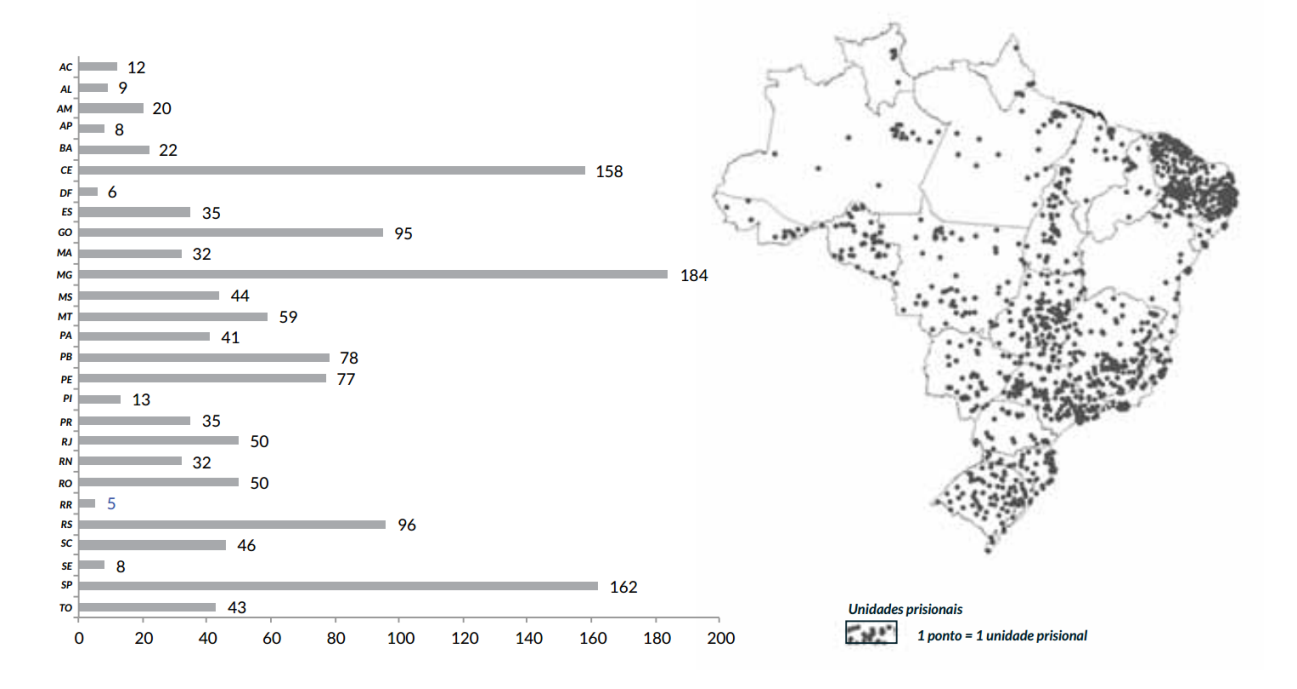
Segundo Redígolo (2012), a Lei de Crimes Hediondos (Lei Nº 8.072, de 25 de julho de 1990) agravou o processo de encarceramento em massa por inserir os indivíduos no regime fechado por um tempo muito maior e por enquadrar novos crimes na categoria. De acordo com o Infopen, de junho de 2016, os crimes de homicídio (art. 121), latrocínio (art. 153, § 3º), estupro (art. 213), entre outros crimes hediondos somam 18% das ações penais pelas quais respondem as pessoas privadas de liberdade em todo o Brasil.

Para a Organização Não-Governamental Human Rights Watch, a Lei de Drogas aprovada em 2006, foi um “fator chave” para o aumento da população carcerária brasileira. Em seu 27º Relatório Global[[5]](#footnote-5), divulgado em janeiro de 2017, argumenta-se que apesar da lei ter abrandado a pena de prisão para os usuários, a falta de clareza da legislação abriu espaço para que usuários sejam *confundidos* e processados como traficantes. Destacam o fato de que em 2005, 9% dos presos haviam sido detidos por crimes associados às drogas; em 2014, eram 28%, e, entre as mulheres, 64%. Vale ressaltar que Teixeira (2016), em uma consultoria para a Câmara de Deputados, estimou o impacto da legalização da maconha sobre os gastos com o sistema prisional em R$ 3,32 bilhões[[6]](#footnote-6).

Quanto à capacidade do sistema prisional brasileiro, havia 368.049 vagas, em junho de 2016, segundo o Infopen, o que representa um crescimento de 171% em relação ao ano de 2000. No entanto, a despeito desse aumento, o déficit de vagas cresceu 270% no mesmo período, pois o crescimento de vagas não conseguiu suprir o crescimento exponencial da população prisional. O Gráfico 3 mostra a expansão do déficit de vagas no sistema penitenciário do Brasil. Esse déficit significa uma taxa de ocupação de 197,8%, ou seja, para cada 10 vagas, há quase o dobro de detentos.

Gráfico 3: Evolução da população carcerária, vagas e déficit de vagas (2000-2016).Fonte: Infopen, junho de 2016. Elaborado pelos autores.

Conforme o Infopen, São Paulo é o estado com a maior população prisional em termos absolutos, são 240.061 presos em 2016 (33% do total do país), o que equivale a 536,5 presos para cada 100 mil habitantes. Mato Grosso do Sul é o estado com maior taxa de aprisionamento, são 696,7 presos para cada cem mil habitantes, mas é o décimo maior em população prisional. Maranhão é o estado com menor número de presos em termos proporcionais (100 presos para cada cem mil habitantes) e Roraima, o menor em termos absolutos (2.339 detentos). Entre 2005 e 2014, a maioria dos estados brasileiros (exceto Acre, Amazonas, Bahia, Maranhão, Piauí, Sergipe e Rio Grande do Norte) apresentou um crescimento de sua taxa de aprisionamento, o que evidencia que a aceleração do ritmo de encarceramento ocorre em grande parte do país. A Figura 1 mostra a distribuição das unidades prisionais no Brasil.

Figura 1: Distribuição das Unidades Prisionais o Brasil

Fonte: Infopen, junho de 2014.

Ao considerar a situação das unidades prisionais, 523 dos estabelecimentos penais (36%), que comportam 52% da população prisional, atuam com uma taxa de ocupação superior a 200%, ou seja, há mais de dois detentos para cada vaga nessas unidades. Uma das razões para a superlotação do sistema penitenciário brasileiro é o elevado número de detentos sem condenação definitiva. Segundo o Levantamento do CNJ com Tribunais de Justiça, divulgado em janeiro de 2017, são 221.054 presos provisórios no país, sendo 34% da população carcerária total, mas em Sergipe e Alagoas, esse percentual estava acima de 80%. Os crimes de tráfico representaram 29% dos processos que envolviam réus presos; crime de roubo, 26% e homicídio, 13%. No momento do levantamento, 27% a 69% dos presos provisórios estavam custodiados há mais de 180 dias. No Rio Grande do Norte e em Minas Gerais, o tempo médio da prisão provisória superava 600 dias, e em Pernambuco, esse número era de 974 dias.

O Infopen também traça o perfil do preso no Brasil. Apesar da indisponibilidade de dados em algumas unidades prisionais, vemos que grande parte das pessoas privadas de liberdade no país possui entre 18 a 29 anos (55%, de acordo com informações de 75% da população prisional), são negras (64%, com base em 72% da população prisional), solteiras (60%, de acordo com informações de 64% dos presos no país) e não concluíram o ensino médio (90%, com base em 70% do total da população prisional). Entre a população condenada, 77% cumprem pena de, no mínimo, quatro anos de prisão (de acordo com informações de 63% da população privada condenada no país). Apenas 12% dos presos estão envolvidos com atividades educacionais e 15% da população prisional do país trabalham. O tráfico de entorpecentes é o crime de maior incidência, respondendo por 28% das ações penais pelas quais respondem as pessoas privadas de liberdade em todo o Brasil. Em seguida o roubo e furto correspondem a 24% e 11% dos registros, respectivamente.

Atualmente, existem quatro penitenciárias federais, localizadas em Catanduvas (PR), Campo Grande (MS), Porto Velho (RO) e Mossoró (RN), as duas primeiras inauguradas em 2006, e as demais em 2009, todas com capacidade para 208 presos com perfil específico[[7]](#footnote-7). Uma quinta penitenciária federal está sendo construída em Brasília (DF). Conforme o Ministério da Justiça, as unidades federais têm o objetivo de apoiar os estados, isolando lideranças do crime organizado. O Plano Nacional de Segurança prevê a construção de mais cinco penitenciárias no país.

# A Literatura sobre os efeitos econômicos e sociais da instalação/construção de presídios

Os estudos que analisam o impacto econômico e social da criação de presídios em uma cidade, em sua maioria, se ativeram ao caso americano. Entre 1980 e 2008, a população prisional nos Estados Unidos cresceu mais de 350%. Segundo dados do *International Centre for Prison Studies* (ICPS), os EUA possuíam mais de 2,1 milhões de detentos em 2015; sendo 693,3 mil em prisões municipais; 1,256 milhão em prisões estaduais; 195,7 mil em prisões federais. A taxa de aprisionamento americana é de 693 presos para cada 100 mil habitantes, tendo alcançado uma taxa de 755 presos em 2008.

Segundo Glasmeier e Farrigan (2007), as Leis dos Três Strikes[[8]](#footnote-8) e penas mais severas para crimes associados às drogas aumentaram exponencialmente as populações carcerárias dos estados americanos. Para acomodar esse crescimento, as prisões trabalharam além de sua capacidade, edifícios antigos foram convertidos em prisões, presos foram transferidos para outros estados, e novas instalações foram construídas (Hooks et al., 2010). (ver Besser e Hanson, 2004; e Lawrence e Travis, 2004).

Além disso, com a globalização, muitas empresas americanas optaram por transferir suas filiais para países estrangeiros, onde o trabalho era barato e as matérias-primas eram mais acessíveis. Consequentemente, residentes dessas comunidades perderam seus empregos. Devido à falta de empregos industriais, as comunidades rurais precisavam contar com algum estímulo externo, como empresas como Walmart ou colégios, para estimular seu crescimento econômico. Um possível estímulo externo que poderia revitalizar a economia daquelas comunidades rurais seria uma prisão. (Rasheed, 2016)

Dessa forma, as prisões passaram a ser vistas como estratégia de desenvolvimento econômico para comunidades rurais. Embora a construção uma prisão não possa impactar um grande mercado de trabalho, sua instalação poderia alterar a dinâmica de um município estagnado economicamente (Hooks et al., 2004). Este ofereceria terras baratas e mão-de-obra e a prisão ofereceria centenas de empregos, milhões em folha de pagamento, podendo atrair empresas nas suas proximidades. Isso significaria aumento da receita tributária, uma melhoria adicional da infraestrutura da comunidade anfitriã, contribuindo na redução do desemprego e da pobreza. Devido ao crescimento mais rápido, no curto prazo, algumas pessoas nessa área obterão empregos que de outra forma não ocupariam. Além do que, alguns avançarão para melhores empregos. Dessa forma, essas experiências aumentam o capital humano (ver Bartik, 1991). Além disso, também beneficiava os políticos, pois grandes obras trazem visibilidade (King, 2003).

Devido essa crença, os prefeitos passaram a oferecer incentivos fiscais e subsídios à infraestrutura (estradas, esgotos) para atrair essas instalações, desviando recursos para essas obras. Uma consequência dessa competição foi um maior aumento do número de prisões nos EUA. Entre 1970 e 1979, 185 prisões foram construídas, um aumento anual da criação de prisões de 2,6% nessa década. Durante a década de 1980, esta taxa anual aumentou para 3,1%, já que foram construídas 323 novas instalações. Nos anos 1990 foram construídas 462 novas prisões (quase 1/4 de todas as prisões construídas da história dos EUA foram criadas nessa década). Depois de 2000, a construção desacelerou (foram apenas 170 instalações), mas as reformas aumentaram, com 250 instalações em reformas entre 2000 e 2010 (Eason, 2017).

Porém, críticos dessa hipótese de que prisões trazem desenvolvimento econômico viam que se programas especificamente destinado a promover o crescimento frequentemente falham, é muito improvável que as prisões possam trazer esse impulso econômico (Hooks et al., 2004). Ao todo 1140 instituições correcionais foram construídas em todos os Estados Unidos entre 1970 e 2010. (Eason 2017). Diante desse *boom* de prisões, alguns estudiosos decidiram analisar a relevância da hipótese de que as cadeias traziam benefícios econômicos para a cidade anfitriã, particularmente para municípios rurais. Vários estudos contestam a ideia de que prisões podem servir de estratégia de desenvolvimento econômico.

King, Mauer e Hulling (2003) examinaram 25 anos de dados econômicos para municípios rurais em Nova York (1976-2001), incluindo a taxa de desemprego e a variação da renda per capita. Por meio de um modelo de regressão de efeitos fixos, o estudo não encontrou diferença significativa de tendências econômicas entre municípios rurais nova-iorquinos que acolheram uma prisão a partir de 1982 em relação a aqueles que não possuíam prisões. Argumentam que esse resultado se devia a uma fuga de renda do município, pois os residentes e empresas locais podiam não ser capazes para participar na operalização da cadeia, e pelo fato das prisões não gerarem vínculos na economia local, não havendo um efeito multiplicador. Também advertiram da chance do município, uma vez acolhendo uma cadeia, se feche para outras opções de desenvolvimento.

Hooks et all (2004) também segue essa linha de raciocínio. Ao analisar dados sobre todas as prisões, já existentes e novas, nos Estados Unidos desde 1960, os autores encontram evidências de que a construção da prisão reduziu o crescimento econômico nos municípios rurais norte-americanos que cresceram em ritmo lento. Argumentam que, ao se centrar na construção de prisões, os governos deslocam recursos para garantir serviços elétricos e estradas para essa instalação, mas essa infraestrutura pode ser incompatível com outros setores empregadores, eliminando alternativas de atividade econômica (custos de oportunidade).

Em outro estudo, Hooks et all (2010), fornece evidências de que a construção da prisão impede o desenvolvimento econômico em municípios rurais dos EUA, especialmente naqueles que apresentam deficiências no nível educacional. Ao comparar estados que passaram por um processo de privatização de suas prisões com aqueles que possuíam apenas prisões públicas, Genter, Hooks e Mosher (2013) também oferece nenhuma evidência de que as prisões contribuam para o crescimento do emprego.

Glasmeier e Farrigan (2007) examinam o efeito de prisões públicas construídas em municípios rurais dos EUA entre 1985 e 1995 sobre os ganhos do município por setor de emprego, população, taxa de pobreza e grau de saúde econômica por meio do método de diferenças em diferenças. Diferente de King, Mauer e Hulling (2003), Hooks et all (2004, 2010) esse estudo forma seu grupo de controle a partir de *propensity score matching (PSM)*, o que permite reduzir o viés de seleção. Os resultados indicam uma redução nas taxas de pobreza dos municípios persistentemente pobres, mas com boa saúde econômica, porém, a análise indicou que existem poucas evidências de que os impactos das prisões foram suficientemente significativos para promover mudanças econômicas estruturais nesses municípios.

Eason (2017) contesta a profundidade desses resultados negativos apontados por esses estudos, pois ao se focar no crescimento econômico, estariam limitando sua abordagem e não fornecendo evidências se as prisões estariam adiando uma crise econômica nas comunidades rurais. Por meio de dados de 1663 prisões americanas, o autor usa o método de efeitos fixos multiníveis com *PSM*. Os resultados sugerem que as prisões proporcionaram um benefício econômico de curto prazo em alguns períodos para comunidades rurais dos EUA, mas esse efeito não é duradouro. O autor lembra que os benefícios da prisão não se estendem pela década de 1980 em grande parte devido à desindustrialização, à mecanização da agricultura em comunidades rurais e a recessão econômica sustentada durante este período nos Estados Unidos.

# Estratégia de Identificação

Como estratégia de identificação dos efeitos das prisões sobre os indicadores econômicos e sociais municipais, utilizam-se quatro possibilidades, conforme as pesquisas de King, Mauer e Hulling (2004), Hooks, Mosher, Rotolo e Lobao (2004), Glameier e Farrigan (2007) e Hooks et al (2010).

Seguindo a estratégia de King, Mauer e Hulling (2004), definem-se como elegíveis para o grupo de tratamento os municípios rurais que acolheram uma prisão a partir das décadas de 1990 e 2000, enquanto o grupo de controle é composto por municípios rurais que não possuíam prisões.

A segunda estratégia é definida conforme Hooks, Mosher, Rotolo e Lobao (2004) e consiste em identificar as prisões já estabelecidas e ou construídas no período em questão (década de 1990 e 2000), considerando uma variável para captar o número de prisões já instaladas em um município até década anterior e outra variável com total de prisões construídas na última década. Além disso, utilizam-se subamostras ao considerar os municípios metropolitanos e os rurais.

Outra estratégia é conforme Glameier e Farrigan (2007), onde o grupo de tratamento é definido por municípios rurais (com uma população urbana inferior a 20 mil e não adjacente a uma área metropolitana) com uma prisão pública construída entre 1990 e 2010. Enquanto o grupo de controle deve ser formado por municípios com as mesmas características e sem prisões públicas dentro dos limites do município.

Hooks et al (2010) dividiram o estudo em prisões já estabelecidas e ou construídas no período em questão. Uma variável mediria o número de prisões já estabelecidas em um município até o período anterior e outra variável mediria o número total de prisões construídas nos sete anos anteriores.

Diante do interesse de Genter, Hooks e Mosher (2013) em analisar os benefícios (se houver) entre os estados que privatizaram algumas de suas prisões, eles comparam com estados que possuem apenas prisões públicas. Sendo assim, o grupo de tratamento consiste em estados que tiveram prisões privatizadas ao passo que o grupo de controle é formado por estados com apenas prisões públicas.

Portanto, para construção dos grupos de tratamento e controle utiliza-se da informação da base do Infopen, sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro, atualizado pelos gestores dos estabelecimentos desde 2004, que sintetiza informações sobre os estabelecimentos penais e a população prisional.

Nesse trabalho, emprega-se a base do InfoPen de 2014 para saber se tem presídio (ou cadeia) para construir as *dummies* e, ainda, da data de instalação/construção[[9]](#footnote-9). A partir da data, calcula-se a diferença para a variável de resultado (ano de 2000 e 2010) para saber sobre o tempo de exposição ao tratamento (construção de presídio). Para mais detalhes, vide o Quadro 2, em apêndice, que apresenta uma síntese das variáveis de identificação dos efeitos das prisões.

Em relação aos indicadores econômicos e sociais municipais consideram-se informações do Atlas do desenvolvimento Humano elaborado pela Fundação João Pinheiro com base nas informações dos Censos Demográficos realizados pelo IBGE nos anos de 1991, 2000 e 2010. Os indicadores foram escolhidos com base na disponibilidade das informações e conforme a literatura, a saber: taxa de desemprego e a variação da renda *per capita* (King, Mauer e Hulling, 2004), o setor do emprego, taxa de pobreza e grau de saúde econômica (Glameier e Farrigan, 2007), a taxa de crescimento do emprego (Genter, Hooks e Mosher, 2013), e o ritmo de crescimento do emprego público, privado e total nos municípios (Hooks, Mosher, Rotolo e Lobao, 2004).

E para estimar os efeitos, emprega-se o modelo de diferenças em diferenças dada a disponibilidade e organização dos dados em uma estrutura de painel, sendo o município a unidade *cross-section* e tempo os anos 1991, 2000 e 2010. E conforme a estratégia de identificação dos municípios que contam com unidades prisionais, antes e após a instalação das unidades nas décadas de 1990 e 2000, adota-se o modelo de diferenças em diferenças para avaliar os efeitos sobre os indicadores econômicos e sociais municipais.

Sendo o grupo de tratamento definido como aqueles que dispõem de unidades prisionais, enquanto os de controle não possuem esse tipo de equipamento de segurança. Ao passo que o período anterior a politica refere-se ao ano de 1991, e os anos de 2000 e 2010, podem ser associados aos períodos posterior a instalação das unidades prisionais. Como descrito pela equação 1, a seguir:

Onde Y denota o indicador de resultado/impacto do município i no período t, Prisão é uma variável que assume valor igual a 1 no caso de ter prisão no município e 0 caso contrário, Tempo assume valor igual a 1 caso a informação seja de 2000 ou 2010, e Prisão\*Tempo assume valor igual a 1 se, e somente, se o município tiver unidade prisional e a informação for de 2010 (posterior a política), enquanto o vetor X contempla as covariadas, enquanto E é o termo de erro idiossincrático.

Além da equação estima-se também a equação 2 que tem como objetivo analisar os efeitos das unidades prisionais, considerando a unidade administrativa, isto é, se a unidade é federal, estadual ou municipal, com descrito pela equação 2.

Sendo o subscrito j são três dummies, uma para unidade prisional federal, outra no caso de unidade estadual e uma terceira em caso municipal. Deste modo, a unidade de comparação, isto é, o grupo de controle continua sendo os municípios que não dispõem de unidades prisionais. Em relação ao vetor X, cabe destacar que as variáveis são consideradas conforme a literatura empírica (características demográficas da população residente, bem como o nível de escolaridade; além de características dos domicílios, dummies para captar os efeitos regional e temporal) e tem como fonte o Atlas do Desenvolvimento Humano da FJP. O Quadro 2, em apêndice, apresenta em detalhes todas as variáveis consideradas e suas descrições.

# Análise e Discussão dos Resultados

## Análise descritiva

## Análise econométrica

## Análise econômica

# Considerações Finais

# Referências Bibliográficas

Bartik, Timothy. 1991. Who Benefits from State and Local Economic Development Policies? Kalamazoo, MI: W.E. Upjohn Institute.

Besser, Terry; Hanson, Margaret. 2004. ‘‘The Development of Last Resort: The Impact of New Prisons on Small Town Economies.’’ Journal of the Community Development Society 35:1–16.

Doyle, Zanetta. 2002. ‘‘Does Crime Pay? Pros and Cons of Rural Prisons.’’ Economic Development Digest July. Available at <http://www.nado.org/pubs/july021.html>

Eason, John M. “Prisons as Panacea or Pariah?: The Countervailing Consequences of the Prison Boom on the Political Economy of Rural.” Social Sciences, 01 January 2017, Vol.6(1), p.7. Available at <http://dx.doi.org/10.3390/socsci6010007>

\_\_\_\_\_\_ “Mapping Prison Proliferation: Region, Rurality, Race, and Disadvantage in Prison Placement.” Social Science Research 39 (2010): 1015–28.

\_\_\_\_\_\_“Reclaiming the Prison Boom: Considering Prison Proliferation in the Era of Mass Imprisonment.” Sociology Compass 10 (2016): 261–71.

Fernandes, Daniel Fonseca. O Grande Encarceramento Brasileiro: Política Criminal e Prisão no Século XXI. Revista do CEPEJ n.18 (2015). Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/CEPEJ/article/download/20184/12764>

Genter, Shaun; Hooks, Gregory; Mosher, Clayton. Prisons, jobs and privatization: The impact of prisons on employment growth in rural US counties, 1997–2004. Social Science Research 42 (2013) 596–610. Available at <http://www-sciencedirect-com.ez11.periodicos.capes.gov.br/science/article/pii/S0049089X1200258X>

Glameier, Amy, K.; e Farrigan, Tracey. The Economic Impacts Of The Prison Development Boom On Persistently Poor Rural Places**.** International Regional Science Review 30, 3: 274–299 (July 2007). Available at <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0160017607301608>

Hooks, Gregory; Mosher, Clayton, Genter, Shaun, Rotolo, Thomas, Lobao, Linda. Revisiting the Impact of Prison Building on Job Growth: Education, Incarceration, and County-Level Employment, 1976–2004. Social Science Quarterly, Volume 91, Number 1, March 2010. Available at <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1540-6237.2010.00690.x/abstract>

Hooks, Gregory; Mosher, Clayton; Lobao, Linda; Rotolo, Thomas. 2004. ‘‘The Prison Industry: Carceral Expansion and Employment in U.S. Counties, 1969–1994.’’ Social Science Quarterly 85:37–57. Available at <http://onlinelibrary-wiley-com.ez11.periodicos.capes.gov.br/doi/10.1111/j.0038-4941.2004.08501004.x/full>

King, Ryan S.; Mauer, Marc; Hulling, Tracy. Big Prisons, Small Towns: Prison Economics In Rural America. The Sentencing Project, Washington DC, 2004. Available at <https://www.prisonlegalnews.org/media/publications/the%20sentencing%20project-big%20prison,%20small%20towns-2003.pdf>

Lawrence, Sarah; Travis, Jeremy. 2004. The New Landscape of Imprisonment: Mapping America’s Prison Expansion. Washington, DC: Urban Institute.

Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Atualização - Junho de 2016. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/noticias/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil/relatorio_2016_junho.pdf>

Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Infopen (Junho de 2014). Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>

NOVO DIAGNÓSTICO DE PESSOAS PRESAS NO BRASIL - Conselho Nacional de Justiça - Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/diagnostico_de_pessoas_presas_correcao.pdf>

Rasheed, Ashleigh T., "Impacts of Prisons in Rural Communities: Economic and Social Factors" (2016). University Honors Program Theses. 168. Available at <http://digitalcommons.georgiasouthern.edu/honors-theses/168>

Redígolo, Natália Carolina Narciso. Sistema penitenciário e seus estigmas: o caso paulista. Revista LEVS/UNESP-Marília. Edição 9 – Maio/2012.

Teixeira, Luciana da Silva. Impacto Econômico Da Legalização Das Drogas No Brasil. Câmara dos Deputados, Consultoria Legislativa, 2016.

Quadro 1: Artigos consultados

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Artigo | Variável dependente | Variáveis de controle |
| King, Mauer & Hulling (2003) | Taxa de desemprego e PIB per capita | Variável defasada;  Ano;  Dummies para cada município, exceto um. |
| Hooks et al (2004) | Crescimento do emprego em 3 categorias: público, privado e total | População (log natural);  Atividade de aviões comerciais;  Volume de depósitos bancários;  Impostos sobre a propriedade per capita;  Receita total dos governos locais;  Dummies para cada estado (exceto um);  Porcentagem dos trabalhadores com ensino superior;  Porcentagem de emprego no munícipio em 4 categorias: core manufacturing (indústria), core nonmanufacturing (agricultura), competitivo (serviços) e estatal (funcionalismo público);  Autocorrelação espacial. |
| Hooks et al. (2010) | Crescimento do emprego em 3 categorias: público, privado e total (subtraindo os empregos da construção civil) | Variação do emprego no período anterior;  Variação no emprego na construção civil;  Variação da Atividade de aviões comerciais (log);  Variação do volume de depósitos bancários;  Variação dos impostos sobre a propriedade (per capita);  Variação da receita total dos governos locais;  Variação da porcentagem dos trabalhadores com ensino médio;  Variação da porcentagem dos trabalhadores com ensino superior;  Variação da porcentagem de emprego no munícipio em 4 categorias: core manufacturing (indústria), core nonmanufacturing (agricultura), competitivo (serviços) e estatal (funcionalismo público);  Dummies para cada estado (exceto um);  Uma medida de autocorrelação espacial. |
| Genter, Hooks & Mosher (2013) | Crescimento do emprego (subtraindo os empregos da construção civil) | Variação do emprego no período anterior;  Variação no emprego na construção civil;  Variação da Atividade de aviões comerciais (log);  Variação do volume de depósitos bancários;  Variação dos impostos sobre a propriedade (per capita);  Variação da receita total dos governos locais;  Variação da porcentagem dos trabalhadores com ensino médio;  Variação da porcentagem dos trabalhadores com ensino superior;  Variação da porcentagem de emprego no munícipio em 4 categorias: core manufacturing (indústria), core nonmanufacturing (agricultura), competitivo (serviços) e estatal (funcionalismo público);  Dummies para cada estado (exceto um);  Uma medida de autocorrelação espacial. |
| Eason (2017) | Variação no valor médio do imóvel; | População total;  Porcentagem dos residentes da cidade do censo anterior;  Pobreza;  Percentual de afro-americanos;  Percentual de latinos;  Percentual de moradores em unidades habitacionais;  Existência de prisões construídas em períodos anteriores;  Valor médio do imóvel da década anterior. |
| Variação na renda familiar média; | População total;  Percentual dos adultos acima de 25 anos com um diploma de bacharel;  Percentual de afro-americanos;  Percentual de latinos;  Renda familiar na década anterior. |
| Variação na taxa de pobreza; | Percentual de afro-americanos;  Percentual de latinos;  Pobreza na década anterior. |
| Variação na taxa de desemprego. | População total;  Percentual de afro-americanos;  Percentual de latinos;  Desemprego na década anterior. |

|  |  |
| --- | --- |
| Artigo | Covariáveis |
| Glameier e Farrigan (2007) | Taxa de crescimento da pobreza;  Taxa de crescimento da população;  Taxa de crescimento do PIB per capita;  Taxa de crescimento do índice de saúde econômica;  Participação no PIB das principais indústrias (agricultura; peixe e silvicultura; construção; mineração; varejo/comércio; serviços; federal; militar; estadual e municipal, entre outros);  Proporção do ajuste residencial (?)  Proporção das transferências  Log da população  Receitas estaduais e municipais per capita. |

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quadro 1: Descrição das variáveis de identificação dos Presídios com base no InfoPen, das variáveis de resultados e impactos, e covariadas extraídas do Atlas do desenvolvimento Humano (1991, 2000 e 2010).

|  |  |
| --- | --- |
| **Variavel** | **Descrição** |
|  | **Variáveis de identificação do efeito** |
| Presidio | 1 se tem presídio, 0 caso contrário |
| Ano | Ano de construção da prisão |
| Presidio Federal | 1 se for presidio federal, 0 caso contrário |
| Presidio estadual | 1 se for presidio estadual, 0 caso contrário |
| Presídio municipal | 1 se for presidio municipal, 0 caso contrário |
| Unidades prisionais | Quantidade de unidades prisionais |
| Presídio Masculino | 1 se for presidio masculino, 0 caso contrário |
| Tempo do Presídio 2010 | Diferença entre 2010 e o ano de construção |
| Tempo do Presídio 2000 | Diferença entre 2000 e o ano de construção |
| Tempo do Presídio 1990 | Diferença entre 1990 e o ano de construção |
| Presídio 2000 | 1 se foi construído na década de 2000, 0 caso contrário |
| Presidio 1990 | 1 se foi construído na década de 1990, 0 caso contrário |
| Presidio 1980 | 1 se foi construído na década de 1980, 0 caso contrário |
| Quantidade de presídios em 2010 | Quantidade de presídios até 2010 |
| Quantidade de presídios em 2000 | Quantidade de presídios até 2000 |
| Quantidade de presídios em 1990 | Quantidade de presídios até 1990 |
| Quantidade de presídios em 1980 | Quantidade de presídios até 1980 |
| Quantidade de presídios em 1970 | Quantidade de presídios até 1970 |
| Quantidade de presídios em 1960 | Quantidade de presídios até 1960 |
|  | **Indicadores de resultados / impacto** |
| Renda | Renda per capita média |
| Renda do trabalho | Percentual da renda proveniente de rendimentos do trabalho |
| Renda dos Ocupados | Rendimento médio dos ocupados |
| Taxa de desocupação | Taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade |
| Grau de formalização | Grau de formalização do trabalho das pessoas ocupadas |
| Ocupados no setor agropecuário | Percentual dos ocupados no setor agropecuário |
| Ocupados no setor comércio | Percentual dos ocupados no setor comércio |
| Ocupados no setor de construção | Percentual dos ocupados no setor de construção |
| Ocupados no setor extrativo mineral | Percentual dos ocupados no setor extrativo mineral |
| Ocupados na indústria de transformação | Percentual dos ocupados na indústria de transformação |
| Ocupados no setor serviços | Percentual dos ocupados no setor serviços |
| Ocupados com fundamental completo | Percentual dos ocupados com fundamental completo |
| Ocupados com médio completo | Percentual dos ocupados com médio completo |
| Ocupados com superior completo | Percentual dos ocupados com superior completo |
| IDHM | Índice de Desenvolvimento Humano Municipal |
| IDHM – Educação | Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Dimensão Educação |
| IDHM – Longevidade | Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Dimensão Longevidade |
| IDHM - Renda | Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Dimensão Renda |
| Extremamente pobres | Proporção de extremamente pobres |
| Pobres | Proporção de pobres |
| Desigualdade | Índice de Gini municipal |
|  | **Escolaridade** |
| Analfabetismo 18 | Taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais de idade |
| Analfabetismo 25 | Taxa de analfabetismo da população de 25 anos ou mais de idade |
| Ensino Médio Completo | Percentual da população de 18 anos ou mais com ensino médio completo |
| Ensino fundamental completo | Percentual da população de 25 anos ou mais com fundamental completo |
| Ensino superior completo | Percentual da população de 25 anos ou mais com superior completo |
|  | **Variáveis demográficas** |
| PEA | População economicamente ativa de 18 anos ou mais de idade |
| População | log natural da população |
| População Rural | População rural |
| População | População total |
| População Urbana | População urbana |
| Mulher Chefe de Família | Percentual de mães chefes de família, sem fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade |
| Densidade domiciliar | Percentual da população que vive em domicílios com densidade superior a 2 pessoas por dormitório |
| Pop Masculina 15 a 19 | População masculina de 15 a 19 anos de idade |
| Pop Masculina 20 a 24 | População masculina de 20 a 24 anos de idade |
| Pop Masculina 25 a 29 | População masculina de 25 a 29 anos de idade |
| Pop Masculina 30 a 34 | População masculina de 30 a 34 anos de idade |
| Pop Masculina 35 a 39 | População masculina de 35 a 39 anos de idade |
| Pop Masculina 40 a 44 | População masculina de 40 a 44 anos de idade |
| Pop Masculina 45 a 49 | População masculina de 45 a 49 anos de idade |
| Pop Masculina 50 a 54 | População masculina de 50 a 54 anos de idade |
| Pop Masculina 55 a 59 | População masculina de 55 a 59 anos de idade |
| Densidade municipal | Razão entre a População e área territorial do munícipio |
|  | **Características domiciliares** |
| Água encanada | Percentual da população que vive em domicílios com água encanada |
| Água encanada | Percentual da população que vive em domicílios com banheiro e água encanada |
| Coleta de lixo | Percentual da população que vive em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo |
| Energia elétrica | Percentual da população que vive em domicílios com energia elétrica |
|  | **Regionais** |
| Norte | 1 se o presido é localizado na região Norte, 0 caso contrário |
| Nordeste | 1 se o presido é localizado na região Nordeste, 0 caso contrário |
| Sudeste | 1 se o presido é localizado na região Sudeste, 0 caso contrário |
| Sul | 1 se o presido é localizado na região Sul, 0 caso contrário |
| Centro oeste | 1 se o presido é localizado na região Centro Oeste, 0 caso contrário |
|  | **Dummy temporal** |
| D2000 | 1 se a informação for referente ao ano de 2000, 0 caso contrário |
| D2010 | 1 se a informação for referente ao ano de 2010, 0 caso contrário |

Fonte: Elaborado pelos autores.

# Apêndice 2 – Resumos da literatura

## Título: Big Prisons, Small Towns: Prison Economics In Rural America

**Autores:** King, Ryan S.; Mauer, Marc; Hulling, Tracy

The Sentencing Project, Washington DC, 2004

**Link:** <https://www.prisonlegalnews.org/media/publications/the%20sentencing%20project-big%20prison,%20small%20towns-2003.pdf>

King, Ryan S.; Mauer, Marc; Hulling, Tracy (2004) examinaram 25 anos de dados econômicos para municípios rurais em Nova York (1976-2001), incluindo a **taxa de desemprego** e a **variação da renda per capita**. Para controlar as diferenças entre os condados e isolar a influência da prisão sobre os indicadores, foi usado um modelo de regressão de efeitos fixos.

Grupo de tratamento foi composto de sete municípios rurais nova-iorquinos (n1=7) que acolheram uma prisão a partir de 1982. Grupo de controle era formado pelos municípios rurais que não possuíam prisões (n2=7). As variáveis de controle foram uma variável defasada do indicador, o ano de construção da prisão e variáveis dummies para 6 munícipios, usando o sétimo como referência, para controlar as diferenças que existem entre as cidades.

No geral, ao longo de 25 anos, **não encontraram diferença significativa de tendências econômicas entre o grupo de tratamento e o grupo de controle**. Apesar das novas prisões criarem empregos, essas vagas não eram preenchidas por residentes da comunidade (“transplante de emprego”) Também não é vista vantagem para os municípios com prisão no que tange a renda per capita. Os autores citam alguns fatores que podem justificar esse resultado, ou porque as prisões oferecem poucos benefícios econômicos, dentre eles:

1. Funcionários que não moram no município anfitrião.
2. Residentes inelegíveis para o emprego devido a requisitos sindicais ou falta de habilidades necessárias.
3. Residentes incapazes de competir pelo emprego em instalações locais devido aos requisitos de contratação.
4. Empresas locais incapazes de prestar os serviços prisionais necessários para evitar a fuga da renda para outras cidades.
5. O efeito multiplicador não está presente, já que as prisões não conseguem gerar vínculos com a economia local.
6. Alguns empregos de baixa renda são ocupados pelos próprios detentos.

Os autores concluem que a prisão não proporciona qualquer crescimento a longo prazo. Além disso, há o perigo de que, uma vez acolhendo uma prisão, o município se torne conhecido como uma "cidade da prisão", e se feche para outras opções de desenvolvimento sustentável.

## Título: The Prison Industry: Carceral Expansion and Employment in U.S. Counties, 1969–1994

**Autores:** Hooks, Gregory; Mosher, Clayton; Rotolo, Thomas; Lobao, Linda

**Revista:** Social Science Quarterly, Volume 85, Number 1, March 2004

Link: <http://onlinelibrary-wiley-com.ez11.periodicos.capes.gov.br/doi/10.1111/j.0038-4941.2004.08501004.x/full>

Examinam as consequências da construção da prisão para o crescimento econômico local. Analisam dados sobre todas as prisões, já existentes e novas, nos Estados Unidos desde 1960 e examinam o impacto dessas prisões no ritmo de crescimento do emprego, dividido em público, privado e total, nos municípios hospedeiros entre 1969 e 1994. Os dados englobam aproximadamente 3100 municípios, dispersos em 48 estados dos EUA.

A análise se dividiu entre os municípios metropolitanos e os rurais e em três períodos de tempo (1969-79; 1979-89; e 1989-94). Os autores também dividiram seu estudo em prisões já estabelecidas e ou construídas no período em questão. Uma variável mediria o número de prisões já instaladas em um município até década anterior e outra variável mediria o número total de prisões construídas na última década.

As variáveis de controle foram população (log natural); atividade de aviões comerciais; volume de depósitos bancários; impostos sobre a propriedade per capita; receita total dos governos locais; dummies para cada estado (exceto um); porcentagem dos trabalhadores com ensino superior; porcentagem de emprego no munícipio em 4 categorias[[10]](#footnote-10): core manufacturing (indústria), core nonmanufacturing (agricultura), competitivo (serviços) e estatal (funcionalismo público) (ver Lobao, Rulli e Brown, 1999); e uma medida de autocorrelação espacial (ver Land e Deane, 1992).

Não encontraram evidências de que a construção de prisões tenha estimulado crescimento econômico nas comunidades. Na verdade, encontram evidências de que a construção da prisão reduziu o crescimento econômico nos municípios rurais que cresceram em ritmo lento.

Entre os municípios metropolitanos, 115 municípios alojaram uma prisão em 1969. Até 1994, foram construídas em mais 124 municípios, enquanto em 442 municípios, não há prisão (681 municípios urbanos). Em 1969-1979 e 1979-1989, o número de prisões (estabelecidas e novas) está relacionado positivamente com o crescimento do emprego nesses municípios. Mas este efeito fica negativo no período de 1989-1994. A maioria dos municípios não metropolitanos (1.862) não abrigam uma prisão. Em 1969, uma prisão foi encontrada em 135 condados. Entre 1969 e 1994, as prisões foram construídas em mais 267 condados (2264 municípios rurais). Apenas no período de 1969-79, o número de prisões (estabelecidas e novas) está relacionado positivamente como crescimento do emprego. Nos demais períodos, a relação é inversa.

Para testar a hipótese de que prisões trazem um impulso econômico para comunidades rurais com crescimento lento, os autores distinguem, dentre os municípios não metropolitanos, aqueles com baixo crescimento na década anterior, daqueles com rápido crescimento no mesmo período. Entre os municípios prósperos, as prisões (novas e estabelecidas) contribuíram para o crescimento do emprego no setor público em cada período. De 1989 a 1994, porém, não há evidências de que prisões (novas ou estabelecidas) fizeram uma contribuição significativa para o crescimento total do emprego em municípios com crescimento acelerado. Entre os municípios deprimidos, o efeito das prisões estabelecidas não alcançou significância estatística em qualquer painel. Nos períodos 1979-1989 e 1989-1994, novas prisões estão relacionadas negativamente com o crescimento do emprego privado e total. Ou seja, esses resultados contestam a hipótese de que prisões aceleram o crescimento do emprego em comunidades rurais deprimidas.

Sendo isso verdade, a explicação plausível, segundo os autores, é de que ao se centrar na construção de prisões, o município elimina alternativas de atividade econômica (custos de oportunidade). Os governos deslocam recursos para garantir serviços elétricos e estradas para essa instalação, mas essa infraestrutura pode ser incompatível com outros setores empregadores.

## Título: The Economic Impacts Of The Prison Development Boom On Persistently Poor Rural Places

**Autores:** Glameier, Amy, K.; e Farrigan, Tracey

**Revista:** International Regional Science Review 30, 3: 274–299 (July 2007)

**Link:** <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0160017607301608>

Examina o efeito de prisões públicas construídas em municípios rurais entre 1985 e 1995 sobre os ganhos do município por setor de emprego, população, taxa de pobreza e grau de saúde econômica. Utilizam o método diferenças em diferenças com *matching*.

O grupo de tratamento era composto por 55 municípios rurais (com uma população urbana inferior a 20 mil e não adjacente a uma área metropolitana) com uma prisão pública construída entre 1985 e 1995. O grupo de controle era formado por 899 municípios com as mesmos características e sem prisões públicas dentro dos limites da cidade.

As covariáveis foram taxas de crescimento da pobreza, da população, do PIB per capita total e do índice de saúde econômica (ver Glasmeier e Fuellhart, 1999); participação no PIB das principais indústrias (agricultura; peixe e silvicultura; construção; mineração; varejo/comércio; serviços; federal; militar; estadual e municipal, entre outros); proporções de ajuste residencial (?) e das transferências, log da popúlação, e receitas estaduais e municipais per capita.

Os escores de propensão foram estimados através de regressão logística. A estatística de teste usada para comparar os grupos foi uma estatística t de duas amostras (?). A correspondência métrica usada foi a de Mahalanobis (?) para combinar os pares de municípios. Uma vez concluída a correspondência, foram realizados testes t nas observações para examinar se houve ou não redução do viés entre os grupos e o grupo de controle foi considerado satisfatório.

A análise foi dividida em 6 grupos: todos os municípios (n1=55), municípios não deprimidos (aqueles com índice de saúde econômica situado entre 1 e 2 em 1980) (n1=33); municípios deprimidos (aqueles com índice de saúde econômica entre 3 e 4 em 1980) (n1=22), municípios não pobres (aqueles com taxa de pobreza inferior a 20% em 1980) (n1=30), municípios persistentemente pobres (aqueles com taxa de pobreza superior ou igual a 20% em 1980) (n1=25); e aqueles com taxa de pobreza superior a 30% em 1980 (n1=11).

Foi feito alguns testes que indicaram diferenças significativas na taxa de crescimento das receitas do governo estadual e municipal nos municípios não deprimidos e dos pagamentos de transferência nos municípios não deprimidos e nos não persistentemente pobres em relação ao grupo de controle.

As autoras focam sua análise nos municípios persistentemente pobres, mas com boa saúde econômica (n1=10), estimando o impacto das prisões nos fatores que foram significativos (receitas do governo estadual e municipal, transferências e taxa de pobreza). Os resultados indicam um impacto positivo nas taxas de pobreza desses municípios, bem como uma diminuição dos pagamentos de transferência e um aumento das receitas do governo estadual e municipal nessas cidades.

No entanto, a análise indica que existem poucas evidências de que os impactos das prisões foram suficientemente significativos para promover mudanças econômicas estruturais nos municípios persistentemente pobres. As autoras concluem que seja mais provável que esse impacto positivo se deva à mera existência e funcionamento de uma nova prisão nessa cidade, em vez da capacidade da instituição de promover desenvolvimento econômico.

## Título: Revisiting the Impact of Prison Building on Job Growth: Education, Incarceration, and County-Level Employment, 1976–2004

**Autores:** Hooks, Gregory; Mosher, Clayton, Genter, Shaun, Rotolo, Thomas, Lobao, Linda

**Revista:** Social Science Quarterly, Volume 91, Number 1, March 2010

**Link:** <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1540-6237.2010.00690.x/abstract>

Analisam dados sobre todas as prisões nos Estados Unidos desde 1960 para avaliar o impacto dessas prisões no ritmo de crescimento do emprego público, privado e total nos municípios dos EUA de 1976 a 2004. Nesse estudo, foi subtraído o emprego na construção civil do emprego total e privado.

Os autores também dividiram seu estudo em prisões já estabelecidas e ou construídas no período em questão. Uma variável mediria o número de prisões já estabelecidas em um município até o período anterior e outra variável mediria o número total de prisões construídas nos sete anos anteriores.

As variáveis de controle foram variação do emprego no período anterior, variação no emprego na construção civil (a fim de controlar os benefícios que potencialmente derivam de grandes projetos de construção), atividade de aviões comerciais (log); volume de depósitos bancários; impostos sobre a propriedade per capita; receita total dos governos locais; porcentagem dos trabalhadores com ensino médio e com ensino superior; porcentagem de emprego no munícipio em 4 categorias : core manufacturing (indústria), core nonmanufacturing (agricultura), competitivo (serviços) e estatal (funcionalismo público) (ver Lobao, Rulli e Brown, 1999); dummies para cada estado (exceto um); e uma medida de autocorrelação espacial (ver Land e Deane, 1992).

Para os municípios metropolitanos, os resultados não foram significantes. Os resultados indicam que as prisões não desempenharam um papel importante no desenvolvimento econômico dos municípios rurais nas últimas décadas. Durante o período em que os Estados Unidos aumentaram bruscamente as taxas de encarceramento (1976-1983 e 1983-1990), as novas prisões estão associadas a aumentos no emprego público. No período de 1983-1990, as prisões estabelecidas estão associadas com crescimento no emprego público e total. Nos outros períodos, os resultados não foram significantes.

Os autores encontraram relações significativas entre a presença de prisões e a porcentagem da população (com 25 anos ou mais) com ensino superior. Para explorar esta interação, foi criada uma dummy que distinguia os municípios acima da média da taxa de crescimento da população com ensino superior (9,6%) e aqueles abaixo dessa média. Para os primeiros, as novas prisões contribuíram para o crescimento em emprego no setor público de 1997 a 2004. Para os últimos, as prisões estabelecidas estão associadas ao crescimento do emprego no setor público em 1990 a 1997, no entanto, todos os outros resultados significativos são negativos.

Os autores também analisaram se os municípios com déficits educacionais são mais propensos a aderir às prisões como uma estratégia de desenvolvimento econômico. Concluíram que onde o crescimento educacional é lento, os governantes do município parecem mais propensos a ver uma prisão como uma “solução”.

De forma geral, os resultados contestam a afirmação de que as prisões fornecem benefícios econômicos para os municípios e fornecem evidências de que a construção da prisão impede a o desenvolvimento econômico em municípios rurais, especialmente naqueles que ficam para trás em nível educacional.

## Título: Prisons, jobs and privatization: The impact of prisons on employment growth in rural US counties, 1997–2004

**Autores:** Genter, Shaun; Hooks, Gregory; Mosher, Clayton

**Revista:** Social Science Research 42 (2013) 596–610

**Link:** <http://www-sciencedirect-com.ez11.periodicos.capes.gov.br/science/article/pii/S0049089X1200258X>

Objeto da pesquisa: Quais os benefícios, se houver, para o crescimento do emprego em estados que privatizaram algumas de suas prisões, em comparação com estados com apenas prisões públicas?

Eles argumentam que a medida, em que a privatização envolve a promessa de redução de custos, os custos trabalhistas são afetados (menos funcionários, menos empregados em tempo integral e salários mais baixos). Dessa forma, os municípios que recebem prisões privadas estariam menos propensos a experimentar um aumento líquido no emprego. Estudos mostram que há pouca evidência de inovação organizacional e baixas reduções de custos em comparação com as instalações públicas. Ainda há o risco de haver abusos com os detentos, dada a busca de lucro.

Os autores separaram os estados de acordo com sua taxa de privatização entre 95 e 2000. Distinguiram entre estados em que a privatização cresceu rapidamente e os estados em que a privatização cresceu lentamente (ou não cresceu). Foram excluídas as prisões federais. Havia 2242 municípios não metropolitanos, onde 487 possuíam crescimento rápido das prisões privadas e o restante (1755) municípios com crescimento mais lento da privatização.

Os dados são a nível municipal, mas para não perder de vista as intervenções a nível macro, foram incluídas variáveis de controle e autocorrelação espacial. Utilizaram dados em painel, em um período de 7 anos para a variável dependente (Crescimento do emprego, exceto a construção, 1997-2004), assim para o índice defasado (90-97). Prisões estabelecidas se referiram a prisões fundadas antes de 1991. Novas prisões serão aquelas que abriram entre 1991 e 1997.

As variáveis de controle foram uma medida separada da variação do emprego na construção civil, variação da atividade de aviões comerciais, variação dos depósitos bancários, variação dos impostos sobre a propriedade (per capita), variação das receitas dos governos locais, variação da porcentagem da população com ensino médio e com ensino superior, porcentagem de emprego no munícipio em 4 categorias : core manufacturing (indústria), core nonmanufacturing (agricultura), competitivo (serviços) e estatal (funcionalismo público) (ver Lobao, Rulli e Brown, 1999); dummies para cada estado (exceto um); e uma medida de autocorrelação espacial (ver Land e Deane, 1992).

Não há diferença no crescimento do emprego entre estados sofrendo privatizações mais rápidas versus mais lentas. Essa análise oferece nenhuma evidência de que as prisões contribuam para o crescimento do emprego. Nos estados com rápida privatização, há evidências de que as prisões impedem o crescimento do emprego local. Para os municípios nesses estados, as prisões estabelecidas não contribuem para o crescimento, e as novas prisões estão inversamente e significativamente relacionadas ao crescimento do emprego.

Os municípios que hospedam prisões são colocados em risco por sua incapacidade de expandir o emprego e pelos salários mais baixos e alta rotatividade que é característico das prisões privadas. Também é visto que o impacto negativo das novas prisões não está concentrado em municípios relativamente desfavorecidos. Em vez disso, no contexto de privatização rápida, as novas prisões impedem o crescimento do emprego para os municípios com menor pobreza, maior escolaridade e uma menor porcentagem de minorias.

## Título: Prisons as Panacea or Pariah? The Countervailing Consequences of the Prison Boom on the Political Economy of Rural

**Autor:** Eason, John M.

**Revista:** Social Sciences, 01 January 2017, Vol.6(1), p.7

**Link:** <http://dx.doi.org/10.3390/socsci6010007>

Usam dados de todas as 1663 prisões americanas para explorar as consequências compensatórias do “boom de prisões” em cidades rurais em vários períodos. Este estudo usa dados a nível municipal, incluindo correspondências geocodificadas de todo o universo de prisões, a partir do Censo dos EUA. Também usa método de efeitos fixos multiníveis com PSM para estimar o impacto da construção de prisões nas seguintes variáveis dependentes:

(1) variação no valor médio da propriedade (?) em 1980, 1990 e 2000;

(2) variação na renda familiar média em 1980, 1990 e 2000;

(3) variação na taxa de pobreza em 1980, 1990 e 2000; e

(4) variação na taxa de desemprego em 1980, 1990 e 2000.

As estimativas relatadas pelo valor médio do imóvel e renda familiar são ajustadas pela inflação com base no índice de preços ao consumidor para 2014.

Há 4 dummies que denotam os períodos de aberturas de prisão em cada município:

(i) Se foi ou não construída uma prisão nesse local antes de 1969;

(ii) se uma prisão foi ou não construída nesse local entre 1969 e 1978;

(iii) se foi ou não criada uma prisão nesse local entre 1979 e 1988; e

(iv) se uma prisão foi ou não construída naquela cidade entre 1989 e 1998.

As variáveis de controle foram

(a) população total (e seu quadrado);

(b) percentual da população de 25 anos ou mais com um diploma de bacharel;

(c) percentual da população afro-americano (e seu quadrado quando apropriado);

(d) percentual da população latina (e seu quadrado quando apropriado);

(e) percentual de moradores em unidades habitacionais;

(f) porcentagem de residentes que já residiam na cidade no Censo anterior.

Também estão incluídos dentro de cada análise as variáveis dependentes da década anterior.

Para avaliar a propensão a construir, este estudo usou preditores demográficos de estudos da cidade da prisão incluindo a região, tamanho da população, grau de ruralidade, percentual de habitantes pobres, porcentagem de população africano-americana e porcentagem de população latina.

Os resultados indicam que entre 1969-1978, a construção de prisões nessa década e as que já existiam (até 1969) foram associadas a um aumento de no valor médio do imóvel de forma geral e a um aumento na renda familiar média nas cidades rurais do sul. Resultados insignificantes para as demais variáveis. Entre 1979-88, ocorre uma mudança drástica, pois as prisões dessa década estão associadas com uma redução do valor médio do imóvel para as cidades rurais do Sul e a um aumento na taxa de pobreza das cidades de modo geral. Demais impactos sem significância. E os resultados de 1989-98, as novas prisões provocam uma redução do desemprego.

Segundo o autor, as evidências sugerem que a construção de prisões pode ter sido um mecanismo fundamental que desacelerou o declínio econômico das cidades que adotaram as prisões no primeiro período do boom da prisão. Em geral, as prisões proporcionaram um benefício econômico de curto prazo em alguns períodos para comunidades rurais que construíram prisões. Enquanto a prisão aumenta o valor médio do imóvel, reduz o desemprego e alivia a pobreza, esses efeitos não são duradouros. Os benefícios da prisão não se estendem pela década de 1980 em grande parte devido à desindustrialização e à mecanização da agricultura em comunidades rurais. Além disso, houve uma recessão econômica sustentada durante este período. e sugere que próximos estudos devem examinar se prisões maiores criam mais efeito econômico sustentado versus os efeitos de prisões múltiplas construídas em uma única cidade.

Observações:

O valor médio do imóvel foi controlando pela demografia do município - incluindo população total, porcentagem dos residentes da cidade do Censo anterior, pobreza, porcentagem de afro-americanos, percentual de latinos e de moradores em unidades habitacionais e prisão construídas em períodos anteriores (deve ser uma dummy), e valor médio do imóvel da década anterior.

A renda familiar média foi controlada pela população total; percentual dos adultos acima de 25 anos com um diploma de bacharel; percentual de afro-americanos e percentual de latinos, renda familiar na década anterior.

A pobreza foi controlada pelo seu índice na década anterior, o percentual de afro-americanos e o percentual de latinos.

O desemprego foi controlado pela população total, desemprego da década anterior, porcentagem de afro-americanos e porcentagem de latinos.

# Apêndice 1

Quadro 1: Principais documentos consultados, por assunto do Programa, Projeto, Lei.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Documento** | **Assunto** | **Fonte** |
| Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Infopen (junho de 2014) | Relatório da situação carcerária no Brasil. Faz um panorama da situação prisional brasileira. | Ministério da Justiça e Segurança Pública – Departamento Penitenciário Nacional.  Disponível em: <http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf> |
| Diretrizes Básicas Para a Arquitetura Penal. 2011. | Apresenta orientações Gerais para a Construção, Ampliação e  Reforma de Estabelecimentos Penais | Ministério da Justiça e Segurança Pública - Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.  Disponível em: <http://s.conjur.com.br/dl/resolucao-cnpcp-construcao-prisoes.pdf> |
| Base de dados Infopen | Contempla todos os dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias | Ministério da Justiça e Segurança Pública. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/transparencia-institucional/estatisticas-prisional/base-de-dados-infopen.xlsx/view> |

Fonte: Elaborado pelos autores

1. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/noticias/plano-nacional-de-seguranca-preve-integracao-entre-poder-publico-e-sociedade/pnsp-06jan17.pdf> [↑](#footnote-ref-1)
2. Em áreas rurais, a construção de prisões pode causar inflação no mercado imobiliário local, devido a existência de limitações de acesso ou de habitação (Glasmeier e Farrigan, 2007). [↑](#footnote-ref-2)
3. A população prisional da China não engloba os presos preventivos e detidos em detenção administrativa. O vice procurador-geral da Supreme People's Procuratorate informou em 2009 que, além dos prisioneiros sentenciados, mais de 650 mil foram detidos em centros de detenção na China. Se isso ainda estivesse correto em meados de 2015, a população total de prisões na China era de pelo menos 2.300.000. [↑](#footnote-ref-3)
4. Nos últimos 10 anos, a população prisional brasileira cresceu, em média, 6% ao ano. [↑](#footnote-ref-4)
5. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/world-report/2017/country-chapters/298766> [↑](#footnote-ref-5)
6. Essa redução seria fruto da eliminação do encarceramento relativo à posse e ao tráfico de drogas; de gastos com o policiamento devido à redução das ocorrências policiais relacionadas às drogas; e de despesas processuais e judiciais decorrentes da diminuição dos processos associados às drogas. [↑](#footnote-ref-6)
7. Em seu artigo 3º, a Lei nº 11.671 de 2008 regulamentada pelo Decreto nº 6.877 de 2009, apresentou o perfil mínimo do preso para a sua inclusão nas unidades federais: ter desempenhado função de liderança ou participado de forma relevante em organização criminosa; ter praticado crime que coloque em risco sua integridade física no ambiente prisional de origem; estar submetido ao Regime Disciplinar Diferenciado; ser membro de quadrilha ou bando, envolvido na prática reiterada de crimes com violência ou grave ameaça; ser réu colaborador ou delator premiado, desde que essa condição represente risco a sua integridade física no ambiente prisional de origem; estar envolvido em incidentes de fuga, de violência ou de grave indisciplina no sistema prisional de origem. [↑](#footnote-ref-7)
8. A Lei dos Três Strikes entrou em vigor na Califórnia em 1994 e obrigava qualquer condenado por três crimes cumprir automaticamente de 25 anos à prisão perpétua, sendo adotada em outros estados. [↑](#footnote-ref-8)
9. Para mais detalhes, ver: <http://dados.mj.gov.br/dataset/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias>. [↑](#footnote-ref-9)
10. Os dois primeiros referem-se a setores associados a altos salários e altos níveis de segurança no emprego; o setor competitivo caracteriza-se por salários baixos, poucos benefícios e altos níveis de insegurança no emprego. E o setor estatal inclui o emprego na administração pública direta e serviços públicos. [↑](#footnote-ref-10)